

Um breve estudo sobre as mudanças do Ensino Secundário no Brasil no período de 1930 a 1950

A brief study on the changes in secondary education in Brazil from 1930 to 1950

Sarah Londe Pessoa ¹
Sauloéber Tarsio de Souza ²
Naiana Rubia Rezende Tavares ³

162

Resumo: O período entre 1930 e 1950 foi marcado por significativas transformações no sistema educacional brasileiro, particularmente no Ensino Secundário. Sob a presidência de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 a 1954, o Brasil passou por reformas educacionais que buscaram modernizar e centralizar a educação, sendo uma das características da ideologia do Estado Novo. Este artigo tem como objetivo analisar as principais mudanças introduzidas nesse período, explorando os contextos políticos e sociais que influenciaram essas reformas e suas implicações para o desenvolvimento educacional do país. Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica que é um método de investigação que se baseia na consulta e análise de material já publicado, como livros, artigos, teses e outras fontes acadêmicas, ou seja, a pesquisa/revisão bibliográfica abrange a coleta de informações gerais, se concentra na análise crítica dos conceitos relevantes para o tema em questão, foca na estruturação do conhecimento e embasa o estudo. Conclui-se que as reformas educacionais implementadas durante o governo Vargas, no período selecionado para a pesquisa, tiveram um impacto significativo no Ensino Secundário no Brasil, em especial com as Leis Orgânicas. Apesar de terem promovido a modernização do ensino ao que tange a organicidade do Ensino Secundário por meio de várias

¹ Graduada em Filosofia e Pedagogia, possui pós-graduação lato sensu em Ciências da Religião, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar, professora e supervisora/analista educacional há 15 anos nas redes municipal e estadual de ensino de Uberlândia-MG. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0400-0465> E-mail: sarahpessoalonde@gmail.com

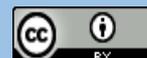
² Graduado e Mestre em História (UNESP-Franca), Doutor em Educação (UNICAMP) e Estágio Pós-doutoral em História (UNIFESP). Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e do ProfHistória (UFU). Membro do NEPHE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e da ANPUH-Minas Gerais. Coordenador do NEPFE-ICHPO (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação) e da DIPAE-PROAE (Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9797-341X>. E-mail: sauloeber@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia, possui pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia, atuou como professora na rede estadual de ensino e atualmente é professora de educação infantil na rede municipal de ensino de Uberlândia-MG há 14 anos, mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UFU, na linha de História e Historiografia da Educação. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5557-5473>. E-mail: profnaianar@gmail.com

Recebido em: 31/07/2024

Aprovado em: 28/08/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal, estas reformas também enfrentaram desafios como a persistência da exclusão social e regional. O legado dessas reformas é complexo, refletindo tanto avanços importantes quanto limitações inerentes ao contexto político, econômico e social da época.

Palavras-chave: Ensino Secundário, Leis Orgânicas, Governo Vargas.

Abstract: The period between 1930 and 1950 was marked by significant transformations in the Brazilian educational system, particularly in Secondary Education. Under the presidency of Getúlio Vargas, from 1930 to 1954, Brazil underwent educational reforms aimed at modernizing and centralizing education, a characteristic of the Estado Novo ideology. This article aims to analyze the main changes introduced during this period, exploring the political and social contexts that influenced these reforms and their implications for the educational development of the country. The methodology used is bibliographic research, a method of investigation based on the consultation and analysis of already published material, such as books, articles, theses, and other academic sources. In other words, bibliographic research/review encompasses the collection of general information, focuses on the critical analysis of relevant concepts for the topic in question, emphasizes the structuring of knowledge, and underpins the study. It is concluded that the educational reforms implemented during Vargas's government, within the selected research period, had a significant impact on Secondary Education in Brazil, especially with the Organic Laws. Although they promoted the modernization of education regarding the organization of Secondary Education through various school strategies, such as curriculum structuring, compulsory student attendance, the implementation of a detailed and regular student assessment system, and the restructuring of the federal inspection system, these reforms also faced challenges such as the persistence of social and regional exclusion. The legacy of these reforms is complex, reflecting both important advances and limitations inherent to the political, economic, and social context of the time.

Keywords: Secondary Education, Organic Laws, Vargas Government.

1 Introdução

O Ensino Secundário no Brasil, durante as décadas de 1930 a 1950, foi profundamente influenciado pelo governo de Getúlio Vargas. Este período é caracterizado por uma série de reformas que tinham como objetivo adaptar o sistema educacional às novas necessidades de um país em processo de urbanização e industrialização. As reformas de Francisco Campos em 1931 e de Gustavo Capanema em 1942 são exemplos dessas reorganizações.

Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil após a Revolução de 1930⁴, iniciando uma era de transformações políticas e sociais que se estenderam até 1945 e depois de 1951 a 1954 em seu segundo mandato. Durante o Estado Novo (1937-1945), Vargas implementou uma série de políticas centralizadoras e autoritárias que também refletiram no campo educacional, em especial no Ensino Secundário, destacando-se as Leis Orgânicas.

Nas décadas de 1930 e 1940, a população brasileira era majoritariamente rural, com 68,7% das pessoas vivendo no campo, refletindo assim uma sociedade predominantemente agrária e marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas. A economia do país baseava-se principalmente na produção agrícola. Nesse período, as condições de vida no meio rural eram frequentemente difíceis, com acesso limitado a serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura. O sistema latifundiário concentrava a posse da terra nas mãos de poucos proprietários, resultando em uma distribuição desigual de terras e recursos. A população rural, portanto, enfrentava desafios significativos em termos de acesso a recursos e oportunidades, o que contribuía para a manutenção de um quadro de pobreza e exclusão social (IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Neste texto, problematizamos e analisamos as transformações no sistema educacional brasileiro, especificamente no Ensino Secundário, durante o período de 1930 a 1950. Além disso, exploramos como as reformas educacionais implementadas durante o governo de Getúlio Vargas refletiram a ideologia do Estado Novo e influenciaram o desenvolvimento educacional no Brasil.

2 As Reformas Educacionais do Ensino Secundário na Era Vargas

Antes de 1930, o sistema educacional brasileiro era descentralizado e fragmentado, com grandes disparidades regionais e uma ênfase predominante na educação das elites. As escolas secundárias eram poucas e concentradas principalmente nas capitais, sendo acessíveis apenas às classes privilegiadas.

⁴ A Revolução de 1930 foi um movimento armado que começou em 3 de outubro de 1930, liderado civilmente por Getúlio Vargas e militarmente pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. O principal objetivo era derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, que havia sido eleito presidente em 1º de março. A revolução marcou o fim da República Velha e o início de um novo período na política brasileira, com Getúlio Vargas assumindo o poder.

Nas décadas de 1930 e 1940, o crescimento do Ensino Secundário no Brasil foi fortemente impulsionado pela atuação de instituições privadas, especialmente aquelas vinculadas à Igreja Católica. A predominância católica nesta modalidade de ensino pode ser atribuída às ordens e congregações religiosas que contavam com profissionais especializados, dedicados à educação e com características missionárias.

Essas ordens e congregações foram responsáveis pela criação de uma rede de colégios com abrangência nacional. Os educandários tinham um sistema de internato dividido por gêneros: Os meninos/moços estudavam nos “colégios de padres”; as meninas/moças frequentavam os “colégios internos de freiras”, que se diferenciavam por oferecer o curso normal (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p. 82).

Até esse período, o Governo Federal não havia implementado políticas eficazes para a criação de escolas públicas de Ensino Secundário, nem promovido a profissionalização dos docentes desse nível educacional, com exceção do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e alguns ginásios estaduais. A responsabilidade pelo Ensino Secundário ficou, portanto, com as instituições privadas, predominantemente aquelas de caráter religioso, ou seja, “o Ensino Secundário foi entregue pelos governos oligárquicos às instituições privadas, especialmente aquelas de caráter confessional” (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p. 82).

Com a laicização do Estado brasileiro, a Igreja Católica deixou de receber auxílios financeiros do governo e passou a buscar recursos próprios. Os colégios católicos, particularmente os mantidos por ordens e congregações, revelaram-se competentes e lucrativos, pois possuíam docentes com formação europeia, algo raro no Brasil e desejado pelas elites.

Portanto, a privatização do Ensino Secundário brasileiro, no mínimo até a primeira metade do século XX tem um caráter extremamente elitista. Neste período a maioria dos colégios católicos estavam nas grandes e médias cidades brasileiras. Atendiam as classes abastadas urbanas e a burguesia agrária. Por meio da seleção e apropriação de saberes rebuscados e de uma disciplina corporal refinada, esses educandários faziam circular uma cultura burguesa que contribuiu para produzir e/ou burilar os *habitus* de seus alunos (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p. 83).

A primeira reforma no Ensino Secundário durante o governo Vargas foi conduzida por Francisco Campos⁵, nomeado como o primeiro Ministro da Educação⁶. Campos era um

⁵Francisco Luís da Silva Campos, foi um destacado advogado, professor, jurista e político brasileiro. Conhecido como "Chico Ciência" devido à sua vasta capacidade intelectual, Campos desempenhou um papel fundamental na política brasileira do século XX. Ele foi responsável pela redação da Constituição de 1937 durante o governo de Getúlio Vargas e do Ato Institucional nº 1 após o golpe militar de 1964.

⁶ O Ministério da Educação foi estabelecido em 1930, logo após Getúlio Vargas assumir a presidência. Inicialmente nomeado Ministério da Educação e Saúde Pública, esta instituição englobava funções de várias áreas,

educador experiente que havia participado dos debates do movimento do otimismo pedagógico nos anos 1920, o qual trouxe propostas focadas em melhorar a qualidade do ensino, que anteriormente priorizava apenas a expansão da rede educacional. Seu nome foi estrategicamente escolhido para estruturar a educação e implementar projetos com o objetivo de modernizar o país.

Em 1931, Campos promoveu uma série de reformas conhecidas como Reforma Francisco Campos. Ele criou o Conselho Nacional de Educação e organizou o Sistema Educacional Nacional, estabelecendo o currículo por séries e a obrigatoriedade da frequência escolar. Também regularizou o Ensino Superior com o regime universitário, organizou o Ensino Secundário e Comercial e reconheceu a profissão de contador no Brasil.

Graças à Reforma Francisco Campos, a educação passou a ser uma prioridade em nível nacional. Essa reforma possibilitou que o Ministério da Educação emitisse orientações e diretrizes aos estados, permitindo que eles estruturassem seus sistemas educacionais de acordo com as novas normas.

A reforma Campos buscou reorganizar o sistema educacional, estabelecendo novas diretrizes para o Ensino Secundário e superior.

Os principais aspectos dessa reforma foram:

- O Ensino Secundário passou de cinco para sete anos de duração e foi dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo, chamado “fundamental”, com um período de cinco anos. O segundo ciclo do Ensino Secundário, o “complementar”, formado por dois anos, era propedêutico para o curso superior;
- Currículo Nacional: Implementação de um currículo padrão, visando à uniformização do ensino em todo o país.
- Exames Nacionais: Instituição de exames nacionais como requisito para ingresso nas universidades.

Como exposto acima, um dos principais aspectos da Reforma Francisco Campos foi a criação de uma nova estrutura para o Ensino Secundário. A reforma introduziu a divisão do Ensino Secundário em dois ciclos distintos: um fundamental de cinco anos e um complementar de dois anos. Esta divisão tinha como objetivo organizar melhor o processo educacional, criando etapas de aprendizagem que facilitassem a progressão dos alunos. Além disso, esta

como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até aquele momento, questões relacionadas à educação eram administradas pelo Departamento Nacional do Ensino, que fazia parte do Ministério da Justiça.

estrutura buscava preparar os estudantes de forma mais eficiente para o ingresso no ensino superior.

A seriação e a implementação de um currículo nacional uniforme foram outros aspectos importantes da reforma. Antes de 1931, o sistema educacional brasileiro era descentralizado e apresentava grandes disparidades regionais. A reforma estabeleceu diretrizes curriculares padronizadas que deveriam ser seguidas por todas as escolas secundárias do país.

Esta uniformização teve como objetivo reduzir as desigualdades regionais e assegurar que todos os estudantes recebessem uma educação de qualidade similar, independentemente de sua localização geográfica.

A seriação do conhecimento escolar tinha o intuito de enquadrar o aluno secundarista, procurando coibir o aprendizado avulso característico do regime de cursos preparatórios e de exames parcelados. Ela definia uma progressão obrigatória dos saberes escolarizados, permitindo um controle maior sobre o seu processo de seleção, organização e avaliação. Nesta direção, o artigo 11 da reforma de 1931 dizia: “Os programas serão organizados de acordo com a duração do ano letivo, de modo a ser ministrado nesse período o ensino de toda a matéria nele contida” (DALLABRIDA, 2009, p.4)

A Reforma Francisco Campos, citada acima, subdividiu o curso secundário em dois níveis: fundamental e complementar. Segundo essa reforma, as 12 disciplinas do curso eram distribuídas ao longo das cinco séries, conforme descrito na

Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Número de aulas semanais das disciplinas do curso.

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Português	4	4	3	3	-
Francês	3	3	2	1	-
Inglês	3	3	2	1	-
Alemão (facultativo)	3	3	2	1	-
Latim	-	-	-	3	3
História da Civilização	2	2	2	2	2
Geografia	3	3	2	2	2
Matemática	3	3	-	3	3
Ciências Físicas e Naturais	2	2	-	-	-
Física	-	-	2	2	2
Química	-	-	2	2	2
História Natural	-	-	2	3	3
Música (Canto Orfeônico)	2	2	1	-	-

Fonte: adaptado de Souza (2009, p. 6)

Após completar o curso fundamental, os discentes podiam escolher entre três opções no curso complementar, conforme a carreira universitária desejada:

- Curso jurídico;
- Curso de medicina, farmácia ou odontologia;
- Curso de engenharia e arquitetura.

Esses cursos tinham como objetivo preparar os alunos para o Ensino Superior com disciplinas obrigatórias relacionadas às suas respectivas áreas.

Por outro lado, o aumento do número de anos no Ensino Secundário introduziu uma ideologia elitista, beneficiando as famílias que podiam manter seus filhos na escola por mais tempo. A realidade é que nem todos tinham condições de suportar um percurso educacional prolongado e teórico. Outra medida importante da Reforma de Francisco Campos, já citada, foi a obrigatoriedade do ensino por meio da frequência escolar em que os alunos deveriam assistir a pelo menos três quartos das aulas. Se essa regra não fosse cumprida, o estudante não poderia realizar os exames para aprovação.

Além do currículo uniforme, a Reforma Francisco Campos instituiu exames nacionais como pré-requisito para o ingresso nas universidades. Estes exames padronizados ajudaram a criar um sistema de avaliação mais coeso garantindo que os estudantes fossem admitidos no ensino superior com base em critérios uniformes. A introdução desses exames também incentivou as escolas secundárias a alinhar seus currículos às exigências dos exames, melhorando assim a preparação dos alunos para a universidade. Além disso, essa reforma criou a carreira dos inspetores escolares que inspecionavam e supervisionavam as instituições de ensino nesses critérios.

Durante o ano letivo, os estudantes deveriam realizar “quatro provas escritas parciais” em cada disciplina e os exames finais – uma prova oral em cada disciplina, prestada perante uma banca examinadora constituída por dois professores do colégio e presidida pelo inspetor federal. Para os alunos que não conseguiam atingir a média estipulada, a Reforma Francisco Campos previa a realização de uma “segunda época de exames finais”. Dessa forma, os estudantes secundaristas eram submetidos a uma engrenagem examinatória em diferentes tempos ao longo do ano letivo que os incitava ao trabalho regular e progressivo. Esse sistema de avaliação permanente é diametralmente oposto ao regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, pois, neste último sistema de ensino, o aluno apenas realizava um único exame terminal em cada disciplina (DALLABRIDA, 2008, p. 187).

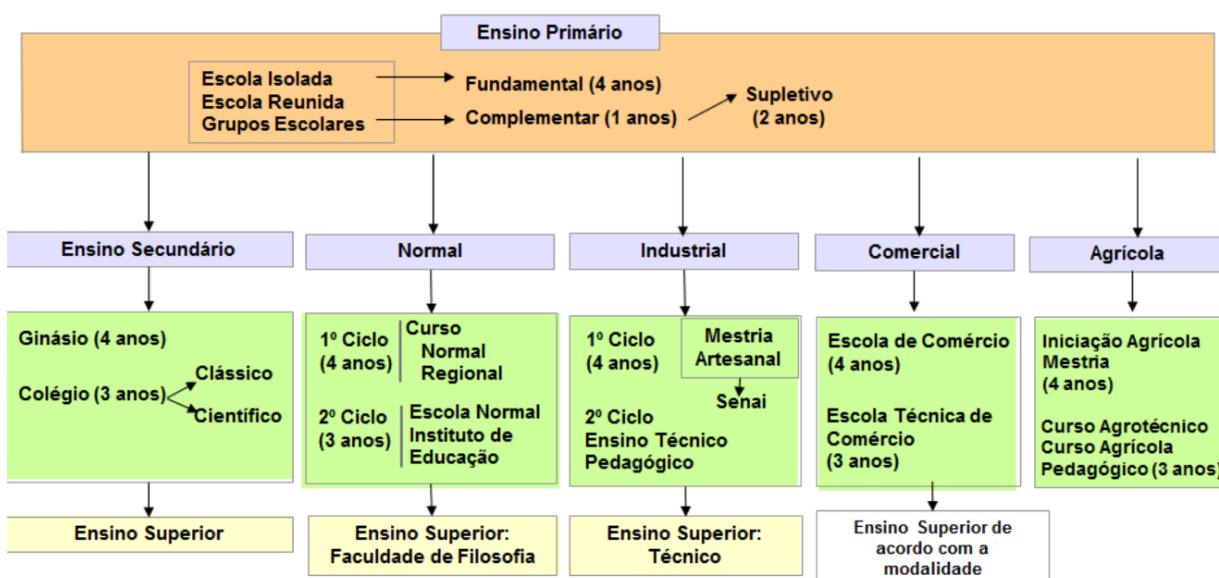
Apesar dessas inovações, a reforma também enfrentou desafios significativos. Uma das principais críticas foi a persistência da exclusão social e regional. Embora a reforma tenha buscado modernizar e centralizar a educação, o acesso ao Ensino Secundário continuou limitado principalmente às elites urbanas. A expansão das escolas públicas foi insuficiente para atender à crescente demanda da população, especialmente nas áreas rurais e entre as classes

mais pobres. Como resultado, o Ensino Secundário permaneceu sendo um privilégio de poucos.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a regulamentação do ensino foi reestruturada pela Reforma Capanema em 1942, proposta por Gustavo Capanema⁷, Ministro da Educação e Saúde Pública, através das Leis Orgânicas do Ensino, que organizaram o ensino industrial, reformaram o ensino comercial e criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, além de introduzir mudanças no Ensino Secundário. O Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário, estruturou esse nível de ensino em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos.

É importante ressaltar que o ginásio era uma etapa subsequente ao Ensino Primário, mas a promoção não era automática. Para ingressar no curso ginásial, era necessário ser aprovado no exame de admissão.

Figura 1 - Sistema de Educação da Reforma Capanema.



Fonte: Lima, Araújo, et al. (2020, p. 10)

A estrutura apresentada na Figura 1 acima revela que apenas o Ensino Secundário permitia o acesso a qualquer carreira no Ensino Superior, enquanto os outros ramos conduziam

⁷Gustavo Capanema Filho, foi um destacado político e advogado brasileiro. Ele é mais conhecido por sua atuação como Ministro da Educação e Saúde Pública durante o governo de Getúlio Vargas, de 1934 a 1945. Durante seu mandato, Capanema promoveu significativas reformas educacionais que moldaram o sistema de ensino brasileiro, incluindo o Ensino Secundário e a implementação do Ensino Técnico Profissionalizante.

somente às carreiras específicas. Caso um estudante desejasse mudar de um ramo para outro, ele perderia os créditos já adquiridos e teria que recomeçar do zero no novo ramo.

A ênfase no ensino clássico e humanista no nível secundário se justificava pela ideia, na época, de que a escola secundária deveria formar as elites dirigentes do país, enquanto as grandes massas seriam atendidas pelo Ensino Primário ou por escolas profissionais menos prestigiadas, como as comerciais, agrícolas e industriais. O Ensino Superior era bastante restrito e, por muito tempo, seu acesso esteve limitado aos alunos que passavam pelas escolas secundárias. O Ensino Secundário, assim, ganhou um prestígio especial entre as famílias que podiam proporcionar educação a seus filhos, que só eram encaminhados para outras modalidades de Ensino Médio se não houvesse outra opção. Houve uma coincidência e reforço mútuo entre a prioridade dada pelo Ministério da Educação ao Ensino Secundário e a tendência da sociedade em desvalorizar a educação profissional e técnica, considerada destinada a cidadãos de segunda classe. Como resultado, o Ensino Médio profissional não recebeu os recursos, a atenção e o envolvimento de pessoas motivadas e qualificadas para garantir um padrão mínimo de qualidade do ensino.

A Reforma Capanema também institucionalizou a separação de gêneros nas escolas, mantendo as mulheres em seus papéis tradicionais. Os meninos eram preparados para o mundo público, enquanto as meninas eram primeiramente educadas para o casamento e para o papel materno.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário estabeleceu normas específicas para o Ensino Secundário feminino:

Art. 25. Serão observadas, no Ensino Secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de Ensino Secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, 1942)

Alguns anos depois, este artigo foi alterado pelo Decreto-Lei nº 8.347, de 1945, passando a ter a seguinte redação:

Art. 25. Serão observadas, no Ensino Secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É preferível que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de Ensino Secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada, sempre que possível, em classes exclusivamente femininas.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher no lar. (BRASIL, 1945)

As alterações na lei indicam uma diminuição gradual da segregação de gêneros nas escolas, embora a diferenciação no tratamento educacional das mulheres permanecesse clara.

Com a Reforma Capanema, os cursos foram reduzidos a dois:

- Curso clássico;
- Curso científico.
- O Curso ginásial tinha 13 disciplinas e a Educação Física distribuídas segundo abaixo:

Tabela 2 - Distribuição do tempo dos trabalhos escolares no Ensino Secundário - Curso Ginásial, Reforma 1942.

	Disciplinas	Séries (Curso Ginásial)			
		1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
I - Línguas:	1. Português	4	3	3	3
	2. Latim	2	2	2	2
	3. Francês	3	2	2	2
	4. Inglês	-	3	3	3
II - Ciências:	5. Matemática	3	3	3	3
	6. Ciências naturais	-	-	3	3
	7. História Geral	2	2	-	-
	8. História do Brasil	-	-	2	2
	9. Geografia Geral	2	2	-	-
	10. Geografia do Brasil	-	-	2	2
III - Artes:	11. Trabalhos manuais	2	2	-	-
	12. Desenho	2	2	1	1
	13. Canto orfeônico	1	1	1	1
IV - Educação Física		2	2	2	2

Fonte: adaptado de Souza (2009, p. 11)

Há de ressaltar que a Educação Física segundo o Art. 19 era uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos.

Percebe-se que, as mudanças implementadas até então, tinham como objetivo conciliar o Ensino Secundário com as demandas do mercado de trabalho, especialmente por meio da inclusão de programas de Ensino Técnico e Industrial. Essa adaptação refletiu o contexto de industrialização do país, preparando os jovens para as novas oportunidades econômicas.

3 Conclusão

A Reforma Francisco Campos, em 1931, e as subseqüentes modificações realizadas por Gustavo Capanema, em 1942, visaram modernizar e sistematizar o Ensino Secundário, estabelecendo diretrizes e currículos padronizados que buscavam alinhar a educação brasileira aos modelos europeus e norte-americanos da época. As reformas buscaram alinhar a educação secundária com as necessidades do mercado de trabalho, especialmente com a introdução do Ensino Técnico e Industrial. Isso refletiu o contexto de industrialização do país, preparando os jovens para as novas oportunidades econômicas.

No entanto, uma crítica contundente a essas reformas reside no seu caráter elitista. As políticas educacionais implementadas privilegiavam uma parcela restrita da população, geralmente oriunda das classes médias e altas, que tinham acesso aos recursos necessários para usufruir do Ensino Secundário. As escolas públicas e privadas que surgiram ou se consolidaram nesse período estavam frequentemente localizadas em áreas urbanas mais desenvolvidas, o que excluía grande parte da população rural e das classes trabalhadoras.

Além disso, o enfoque excessivo no ensino acadêmico e preparatório para a universidade contribuiu para a perpetuação de desigualdades sociais, uma vez que os conteúdos e métodos pedagógicos adotados não consideravam as realidades e necessidades da maioria dos estudantes brasileiros. O resultado foi um sistema educacional que, embora mais organizado e padronizado, não conseguiu democratizar o acesso à educação de qualidade nem promover a inclusão social, ou seja, a educação deve ser um instrumento de transformação social e democratização de oportunidades, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a um ensino de qualidade que atenda às suas necessidades e potencialidades.

Portanto, conclui-se que as reformas educacionais implementadas durante o governo Vargas entre 1930 e 1950 tiveram um impacto significativo no Ensino Secundário no Brasil. Embora tenham promovido a modernização do ensino no que tange a organicidade do Ensino Secundário por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência

obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal, estas reformas também enfrentaram desafios como a persistência da exclusão social e regional. O legado dessas reformas é complexo, refletindo tanto avanços importantes quanto limitações inerentes ao contexto político, econômico e social da época.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. A. Revolução de 1930. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLUÇÃO DE 1930.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLUÇÃO_DE_1930.pdf)> Acesso em: 11 jul. 2024.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do Ensino Secundário, Brasília, abr 1942.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 8.347** de 10 de dezembro de 1945. Da nova redação aos arts. 5º, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942., Brasília, DF, dez 1945.
- BRASIL. **História**. Portal MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>>. Acesso em: 11 jul. 2024.
- DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n 2, jul 2009. ISSN 1981-2582. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>>.
- FIGUEIRÔA, S. F. D. M. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). **Varia História**, v. 21, n. 34, p. 437-455, jul. 2005.
- GODOY, A. S. D. M. Francisco Campos expõe as contradições do pensamento autoritário brasileiro. **Consultor Jurídico**, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-30/embargos-culturais-francisco-campos-expoe-contradicoes-pensamento-autoritario/>>. Acesso em: 11 jul. 2024.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agência IBGE Notícias**. Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país, 2007. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais#:~:text=05/2007%2007h01->

,Entre%20os%20Censos%20de%201940%20e%202000%20a%20popula%C3%A7%C3>. Acesso em: 09 jun. 2024.

LIMA, B. A. T. D. et al. A educação brasileira na década de 194. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 36391–36413, jun. 2020. ISSN 2525-8761.

OLIVEIRA, A. L. D. et al. Era Vargas e a educação: um estudo do contexto histórico e político dos avanços educacionais da época. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, out. 2023. ISSN 1984-6290.

PILETTI, N. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 13, n. 2, p. 27-72, dez. 1987.

SCHWARTZMAN, S. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. Publicado na **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 66(153), p. 165-172, maio/ago 1985. ISSN 2176-6681.

SOUZA, R. F. D. A Renovação do Currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 72-90, Jan/Jun 2009. ISSN 1645-1384.

STEPHANOU, M.; BASTOS (ORGS.), M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, v. 3, 2009.